

A PROBLEMÁTICA AMBIENTAL NA VISÃO DE AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE

Silviamar Camponogara*
Graciele Erthal**
Cibelle Mello Viero***

RESUMO

O estudo objetivou conhecer o que pensam os agentes comunitários de saúde acerca da problemática ambiental. Tratou-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, do tipo descritivo-exploratória, realizada com agentes comunitários de saúde integrantes de equipes de estratégia de saúde da família de um município do interior do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados em outubro de 2010, por meio de entrevista semiestruturada e analisados com base no referencial proposto para análise de conteúdo. Os sujeitos perceberam uma convergência entre as dimensões natural e social, ao pensarem sobre o meio ambiente. Demonstraram acreditar na íntima relação entre saúde e meio ambiente, bem como possuir responsabilidade frente à questão ambiental, especialmente, por meio da promoção da saúde. Concluiu-se que existe a necessidade de abordar a educação ambiental, com vistas a fortalecer as competências do agente comunitário de saúde para a promoção da saúde, com base em pressupostos que valorizem a interface entre saúde e meio ambiente, potencializando os indivíduos e comunidade no enfrentamento dos determinantes socioambientais e na prevenção dos agravos decorrentes da exposição humana a problemas ambientais.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Saúde Pública. Educação Ambiental. Promoção da Saúde.

INTRODUÇÃO

A ideia de que vivemos um momento de crise planetária tem sido largamente difundida, especialmente, por meio da veiculação de notícias sobre eventos climáticos catastróficos e a sua relação com o processo de destruição ambiental. Embora os sujeitos contemporâneos sejam estimulados, por meio da mídia, a desenvolver ações de preservação ambiental, esta não parece ser uma prática amplamente realizada. Contudo, a gravidade dessa crise ambiental de proporções planetárias exige dos cidadãos a mudança de comportamentos, no sentido de buscar maior comprometimento com as atuais demandas ambientais, que afetam diversas dimensões do processo de viver humano. Afinal, os seres humanos dependem dos ecossistemas locais e do ambiente global para manter uma vida saudável. No entanto, a saúde está ameaçada por problemas ambientais, o que implica em mudanças no modo de vida⁽¹⁾.

Segundo o Relatório da 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental⁽²⁾, realizado em

2010, no Brasil há, pelo menos, três dimensões das vulnerabilidades entre a saúde e o meio ambiente. A primeira está vinculada ao saneamento ambiental inadequado, o que acarreta na prevalência de importantes problemas de saúde pública; a segunda dimensão relaciona-se aos resultados negativos na saúde decorrentes dos modelos de desenvolvimento em nosso país, resultando em processos de industrialização acelerada, ocupação desordenada do solo e intensa urbanização; a terceira dimensão vincula-se às emergentes ameaças, decorrentes dos fenômenos ambientais de escala global, especialmente o impacto na saúde, decorrente do aquecimento da Terra gerado pela mudança do clima.

Diante disso, depreende-se que o viver saudável depende, intrinsecamente, da qualidade de vida humana e ambiental, convocando os trabalhadores a atentarem para os aspectos ambientais na sua prática assistencial⁽³⁾. Assim sendo, cabe ao setor saúde, não somente prevenir riscos, no intuito de fornecer respostas para os impactos causados pelas mudanças ambientais e climáticas, mas atuar na redução de

*Enfermeira. Doutora em Enfermagem. Professora do Departamento e Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria – RS. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde, Educação e Enfermagem – UFSM – E-mail: silviaufsm@yahoo.com.br

**Enfermeira. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Enfermagem – Universidade Federal de Santa Maria – RS. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde, Educação e Enfermagem – UFSM. E-mail: gracieleerthal@gmail.com

***Enfermeira. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho, Saúde, Educação e Enfermagem – UFSM. E-mail: cibellemelloviero@gmail.com

vulnerabilidades sociais, por meio de mudanças no comportamento individual, social e político, por um mundo mais justo e mais saudável. Uma importante estratégia apontada para isso relaciona-se à conscientização sobre os efeitos da mudança climática para a saúde, tanto do público em geral, como dos diferentes setores, incluindo o pessoal do setor da saúde⁽⁴⁾.

O desenvolvimento de uma conscientização ambiental e de ações, ambientalmente corretas, por parte dos diversos trabalhadores envolvidos no processo assistencial à saúde é fundamental. Neste momento, destacam-se os agentes comunitários de saúde (ACS), que, ao integrar equipes de Estratégia de Saúde da Família (ESF) e atuar de maneira muito próxima às comunidades têm um papel relevante nesse processo. Estes trabalhadores desenvolvem atividades assistenciais fora do ambiente das unidades, mais perto do indivíduo, o que possibilita maior contato com a população e seu ambiente familiar⁽⁵⁾.

Destaca-se, ainda, a importante atuação dos agentes comunitários de saúde na promoção da saúde e de melhor qualidade de vida às populações, tendo em vista que seu processo de trabalho prevê uma maior proximidade com a comunidade, possibilitando a discussão de situações reais, que possam implicar em danos à saúde, ao meio ambiente, ou à sua preservação. Além disso, como integrantes de uma equipe de ESF, os ACS favorecem a vinculação entre a comunidade e os demais membros dessa equipe. Desta forma, entende-se que eles são atores sociais indispensáveis para a concretização de um processo de promoção e reabilitação à saúde, fundamentais à lógica da interação saúde e meio ambiente, pautada na educação ambiental.

A compreensão ampliada da atenção primária, abrangendo a dimensão ambiental no processo de saúde dos indivíduos e comunidades, implica na promoção da saúde ambiental local, pois busca o desenvolvimento de estratégias de participação social, a partir do conhecimento, identificação e solução dos problemas ambientais, que influenciam a saúde e limitam a qualidade de vida e a sustentabilidade de determinada região⁽⁶⁾.

Nesse contexto, torna-se pertinente debater acerca da participação dos agentes comunitários de saúde no processo de promoção da saúde e

qualidade de vida, sob a ótica da interface entre saúde e meio ambiente. Entende-se que oportunizar reflexões sobre esse tema pode contribuir, significativamente, para alavancar o debate sobre essas questões, consideradas cruciais, não só para a promoção da saúde das populações, mas também para o desenvolvimento da preservação ambiental.

Diante disso, o estudo teve como questão de pesquisa: o que pensam os agentes comunitários de saúde acerca da problemática ambiental? Para tanto, o objetivo foi conhecer o que pensam os agentes comunitários de saúde a respeito da problemática ambiental.

METODOLOGIA

A pesquisa foi do tipo descritivo-exploratória, com abordagem qualitativa. Foi realizada com 13 ACS de um município do interior do Rio Grande do Sul, vinculados à ESF. Os sujeitos foram escolhidos, aleatoriamente, por sorteio, e identificados com a letra "S", seguida do número referente à ordem da entrevista, sendo que o fechamento amostral se deu por saturação teórica. Constituíram-se em critérios de inclusão: estar atuando como ACS há mais de um ano e aceitar participar do estudo.

Os dados foram coletados no mês de outubro de 2010, por meio de entrevista semiestruturada, contendo questões elaboradas pelas pesquisadoras, de forma a atingir o objetivo do estudo. As entrevistas foram gravadas e, depois, transcritas pelas próprias pesquisadoras.

A apreciação dos dados obedeceu às etapas previstas para análise de conteúdo⁽⁷⁾. Desta forma, após reunião do material, foi realizada uma pré-análise (leitura flutuante); análise aprofundada, com organização de categorias e interpretação dos achados e discussão, com base na literatura pertinente. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CAEE 0224.0.243.000-10).

A análise dos dados permitiu a emergência de quatro categorias de análise, a saber: concepção sobre meio ambiente: convergência entre o natural e o social; a problemática ambiental: entre o impacto e a necessidade de ações educativas; responsabilidade ambiental: compromisso com a promoção da saúde;

formação profissional: a necessária superação de lacunas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Concepção sobre meio ambiente: convergência entre o natural e o social

A partir dos depoimentos das ACS, foi possível evidenciar que as depoentes percebem o meio ambiente como o lugar onde o indivíduo está inserido, manifestado a seguir:

Eu penso que é tudo que envolve o meio em que a gente vive, por exemplo, a natureza, a comunidade, tudo é o meio ambiente. (S11)

Observa-se que as agentes possuem um conceito amplo sobre o meio ambiente, uma vez que o consideram como o lugar onde estão inseridas, inclusive, do ponto de vista social. Essa visão é muito importante, na medida em que conduz a apreensão de que, para essas entrevistadas, o meio ambiente não tem uma conotação apenas biologicista. Obviamente, entender os aspectos conceituais do meio ambiente, como um modo de interpretar os ambientes e suas inter-relações, para conservá-lo e, se for o caso, preservá-lo, é um dos aspectos fundamentais para a realização de práticas direcionadas à educação ambiental e à promoção da saúde.

Contudo, também aparece entre as entrevistadas uma visão naturalizada do meio ambiente, conforme o exemplo abaixo:

É todo o conjunto, no caso, assim, de natureza, ar, atmosfera, é isso aí... Em geral... rios, matas. (S12)

Pode-se inferir, a partir do depoimento anterior, que há um olhar sobre o mundo natural, focalizado sob a ótica naturalizada e independente da interação com o mundo cultural humano. A consequência dessa visão, puramente naturalista, é a redução da concepção de meio ambiente a apenas uma de suas dimensões, desprezando a riqueza da interação entre a natureza e a cultura humana⁽⁸⁾.

Outro aspecto apontado pelas depoentes diz respeito à existência de vinculação entre saúde e meio ambiente, bem como a impossibilidade de existir saúde em um ambiente insalubre:

O meio ambiente influi na saúde. Se o meio ambiente não está bem, também a minha saúde não vai estar bem. Influi diretamente. (S6)

A criação de ambientes favoráveis à saúde implica reconhecer a complexidade das sociedades e as relações de interdependência entre diversos setores, passando, desde a proteção do meio ambiente ao acompanhamento do impacto que as mudanças no meio ambiente produzem sobre a saúde. Evidentemente, essas questões precisam ter maior ênfase na agenda da saúde⁽¹⁴⁾. Com esse fim, o Ministério da Saúde implementou um Sistema de Vigilância em Saúde Ambiental para aprimorar o modelo de atuação no âmbito do SUS, constituindo competências que objetivam a implementação de ações em que é constatada a relação entre saúde humana, degradação e contaminação ambiental⁽¹⁰⁾. Entretanto, o que se percebe, ainda, é a ausência de uma política aplicada de um sistema de vigilância em saúde e ambiente atuante no âmbito do Sistema Único de Saúde, que forneça subsídios para uma prática, que integre esses dois conceitos, o natural e o social, de modo satisfatório, no tocante ao desenvolvimento da saúde, bem como do reforço da capacidade dos indivíduos e comunidades.

A proposta da promoção da saúde supõe uma concepção que não restrinja a saúde à ausência de doença, mas que seja capaz de atuar sobre seus determinantes, propondo que ações intersetoriais, que extrapolem a prestação de serviços clínico-assistenciais, envolvendo educação, meio ambiente, lazer, acesso a bens e serviços essenciais, entre outros, incidam diretamente sobre as condições de vida e saúde da população⁽¹⁵⁾. Essa inquietação também se revela nos depoimentos das ACS, quando relatam a preservação ambiental como um meio de garantir a saúde da comunidade, por meio da promoção da saúde.

A problemática ambiental: entre o impacto e a necessidade de ações educativas

A reflexão sobre a crise ambiental é um passo importante para a promoção de uma mudança de comportamento, para que se possa melhor compreender as questões ambientais, promovendo um agir mais ciente dos profissionais da área da saúde. Nesse sentido, ao falarem sobre a problemática ambiental, as ACS expressaram a preocupação em educar os

indivíduos, principalmente, as crianças, sobre a problemática ambiental. Também esboçaram uma preocupação com relação à escassez dos recursos naturais e o porvir das gerações futuras, o que ficou evidente no relato:

[..] o meio ambiente está degradado, a natureza, a poluição, aqui perto, também tem um córrego. Antes, alguns anos atrás, a água era limpa, agora não tem mais água limpa, está tudo sujo, o pessoal joga lixo, o pessoal mesmo está poluindo o que poderia ser útil para eles. (S8)

Nota-se que as agentes têm a percepção de que a problemática ambiental é uma questão urgente na atualidade. A divulgação, especialmente, por meio da mídia, de que o planeta tem sido atingido por catástrofes decorrentes da degradação ambiental, acaba impactando a maioria dos sujeitos, que passa a expressar, contundentemente, uma preocupação com a finitude dos recursos naturais e com o futuro do planeta. Nesse sentido, parece também haver uma preocupação em realizar uma atividade de educação com as crianças, até porque, na visão de muitos, serão elas que enfrentarão, mais intensamente, os efeitos da problemática ambiental.

Diante disso, discutir a educação ambiental nas escolas é indispensável para fornecer aos educandos instrumentos que lhes permitam refletir a respeito do mundo em que vivem, e isto inclui a compreensão da sua dependência vital em relação ao meio ambiente⁽⁹⁾. Nesse caso, a educação ambiental constitui-se em mecanismo de construção de consciência futura.

Observa-se, também, por meio dos depoimentos das agentes, a relação dos problemas ambientais com o surgimento das doenças, haja vista que, cada vez mais, aumentam as demandas e problemas de saúde relacionados com o meio ambiente⁽¹⁰⁾. Por esse viés, as ACS relatam que desenvolvem estratégias para minimizar os efeitos prejudiciais sobre o meio em que os sujeitos vivem e sobre a saúde dos mesmos.

Uma dessas estratégias, apontada como uma potencialidade da assistência é a promoção da saúde, como uma forma de educação para a saúde da população. Assim sendo, as ações e práticas educativas desenvolvidas pelos ACS têm como eixo norteador as práticas de promoção e proteção à saúde. Para isso, o/a

agente de saúde busca trabalhar com ações de promoção, a fim de legitimar o seu trabalho frente à comunidade e a equipe de saúde, o que possibilita o aumento da capacidade de autonomia nos processos de saúde e doença⁽¹¹⁾. Ainda assim, os dados também revelam um posicionamento diferente para outros sujeitos, de acordo com o depoimento a seguir:

Não, ainda não parei para pensar. (S5)

Esse fato é marcante, pois a não reflexão mostra que para essa agente esse tema, provavelmente, não faz parte do seu cotidiano de trabalho. Pode-se considerar que essa é uma lacuna que interfere, significativamente, em sua ação profissional, na medida em que deixará de incluir em suas práticas de educação e promoção da saúde este fundamental aspecto da interface entre saúde e meio ambiente.

Responsabilidade ambiental: compromisso com a promoção da saúde

Em geral, verificou-se que as ACS entendem a responsabilidade ambiental como um compromisso de trabalho, e que estaria ligada à promoção da saúde na comunidade, uma vez que, no seu cotidiano, constantemente, estão orientando a população sobre como reduzir as ameaças à saúde. Tal preocupação ficou evidente a seguir:

A responsabilidade é grande, pois trabalhamos com saúde, com prevenção. Então, temos que trabalhar com as questões ambientais também orientando a comunidade. (S11)

Dessa forma, as respondentes enfatizaram que sua responsabilidade estava atrelada à abordagem das questões ambientais. Trabalhar em saúde, focando o campo ambiental é uma forma de trabalhar, com base em práticas de ajuda mútua e relações solidárias no enfrentamento dos problemas, o que implica, também, em reconhecer o direito dos seres humanos de viver em um ambiente saudável e de serem informados sobre a influência dos problemas ambientais na sua saúde, bem-estar e sobrevivência, posicionando-os como corresponsáveis na proteção, conservação e recuperação ambiental e, conseqüentemente, da saúde⁽⁶⁾.

Nessa perspectiva, trabalhar questões sobre saúde, tendo como base a educação ambiental, tendo em vista seu inerente caráter educacional

evoca pontos a serem superados e modificados na relação entre ser humano e natureza, sendo estes fundamentais para a concretização de um novo e diferente modo de convivência com o meio ambiente⁽¹²⁾.

Nesse sentido, destaca-se que a educação ambiental precisa ser reconhecida e recomendada para tornar-se parte essencial da educação de todos os cidadãos, contribuindo, efetivamente, para que atitudes e conceitos sustentáveis sobre as relações do ser humano com o ambiente natural e cultural sejam apropriados e internalizados no contexto de ações locais desenvolvidas por todos os atores da sociedade brasileira⁽¹³⁾. Desse modo, a evidência da interface existente entre saúde e meio ambiente é fundamental para o processo de promoção da saúde, sendo que esse aspecto também foi demarcado no estudo.

A reorganização da Atenção Básica, segundo a ESF, propõe, ao incorporar os ACS no trabalho da equipe de saúde, ações que promovam o fortalecimento da comunidade, ampliando a sua capacidade para o enfrentamento de seus problemas de saúde. Assim sendo, a característica principal dos ACS de atuar no espaço entre a comunidade e a unidade de saúde possibilita essa visão integral dos sujeitos, uma vez que eles são considerados elos entre a comunidade e a unidade de saúde, com a função de promover aproximações e desenvolver vínculos na sua área de abrangência. Tal vínculo se dá, à medida que os agentes conhecem a comunidade, e se estabelece uma relação de confiança entre todos os atores envolvidos: usuário, ACS e unidade de saúde.

Aproximar profissionais de saúde à população assistida é a principal atribuição dos ACS, tendo em vista a importância dessa ação junto ao trabalho em equipe na promoção e desenvolvimento de estratégias integradas na busca da saúde, que serão tão mais resolutivas, quanto melhor for o vínculo de toda a equipe com a comunidade.

Neste estudo ficou evidente, nas manifestações das agentes, que as ações de preservação ambiental realizadas por elas no dia-a-dia, ou no trabalho são vistas como uma forma de fortalecimento do indivíduo/comunidade no seu processo de saúde. Ao serem questionadas quanto ao desenvolvimento de alguma ação de

preservação ambiental no seu cotidiano, as agentes assim se expressaram:

Com certeza, sim, a gente, lá na minha casa, a gente tem o hábito de separar o lixo e mesmo com a tua saúde, com tudo, com teus alimentos, com a tua saúde. A gente cuida bastante, assim o lixo que vai para a horta, o lixo que dá para colocar lá na lixeira, a gente faz essa separação. (S1)

Observa-se que as ações são referentes à separação dos resíduos em reciclável ou orgânico, e que há uma preocupação em realizar algum tipo de ação de preservação ambiental no ambiente doméstico. Esse fato é marcante, na medida em que denota que a maioria das ACS entrevistadas realiza, em nível individual, algum tipo de reflexão sobre o tema e busca desenvolver ações, mesmo que isoladas, de preservação ambiental. Contudo, quando questionadas sobre o desenvolvimento de alguma ação dessa natureza, no contexto do trabalho, ficou evidente que, nas unidades de saúde, não há atividades educativas nesse sentido:

Preservação ambiental só da nossa parte, das agentes, por conhecimento nosso... seria mais individual, mas não uma ação global, enquanto equipe, eu não sei o que a equipe externa está fazendo e nem a equipe interna sabe o que nós estamos fazendo na rua. (S6)

Pode-se perceber um engajamento das ACS, no que se refere às questões de preservação ambiental, tanto no seu viver cotidiano quanto nas atividades enquanto agentes de saúde. No entanto, chama a atenção o fato de referirem que tais atividades de educação para a preservação são individuais e desenvolvidas por interesse próprio. Nenhuma das agentes mencionou a existência de um projeto ou de uma orientação, por parte das unidades de saúde, para realizarem a preservação ambiental com a comunidade, o que, obviamente, reflete, por um lado, a não inserção desse debate no âmbito da atuação de equipes de saúde da família e, por outro, se constitui em reflexo das dificuldades que vêm sendo enfrentadas, no que tange à composição dessas equipes no município onde foram coletados os dados da pesquisa.

O reforço da capacidade dos indivíduos e comunidades, bem como o desenvolvimento de políticas públicas e de condições favoráveis à saúde são estratégias de promoção da saúde.

Dessa forma, é indispensável que a dimensão ambiental seja incorporada ao leque de ações em nível de atenção básica, no sentido de alcançar a melhoria da qualidade de vida das pessoas, principalmente, das suas condições de saúde⁽¹⁶⁾.

Formação profissional: a necessária superação de lacunas

Quando as ACS foram questionadas sobre a existência de ações de educação em serviço, em relação à interface entre saúde e meio ambiente, ficou clara a carência de elementos que forneçam subsídios para a abordagem dessa questão com a população, conforme pode ser observado abaixo:

Muito pouco. E que a maioria das capacitações se fala um pouco sobre meio ambiente. Não diretamente disso. (S6)

Dessa maneira, nota-se que, embora haja alguns relatos positivos dos ACS quanto à realização de capacitações, elas apontavam para uma correlação indireta sobre o tema. Observou-se, ainda, que os encontros ocorriam quando da necessidade de solucionarem problemas pontuais, decorrentes de vetores no meio ambiente, como no caso da dengue.

Percebeu-se, então, que as ACS não se sentiam instrumentalizadas para abordar as questões relacionadas à interface entre saúde e meio ambiente com a população, já que não havia a promoção de um processo reflexivo formal sobre o tema, mas apenas um debate pontual sobre alguns assuntos. Com isso, os depoimentos revelaram as dificuldades dessas trabalhadoras para lidarem com a importante tarefa de promover a saúde das pessoas e comunidades, a partir de referenciais fundamentados no processo de educação ambiental.

Diante disso, a educação permanente em saúde possibilitaria ampliar os espaços de aprendizagem no próprio local de trabalho, propiciando a reflexão crítica dos processos de trabalho, tornando os profissionais mais participativos e construindo soluções coletivamente⁽¹⁷⁾.

Ao repensar a formação dos ACS, de modo que possam desempenhar melhor seu papel profissional, uma importante ferramenta poderia ser a implementação da educação ambiental na sua formação. Nesta perspectiva, há a necessidade de implementação de um conjunto

de iniciativas que leve em conta os interlocutores como participantes sociais relevantes e ativos, por meio de práticas educativas e de um processo de diálogo informado mútuo, o que reforça um sentimento de corresponsabilização e de constituição de valores éticos. A educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na criticidade e na emancipação dos sujeitos, com vistas à mudança de comportamento e atitudes para o desenvolvimento da organização social e da participação coletiva⁽¹⁸⁾, como propulsora de ações em saúde.

Assim, mais que necessário, faz-se urgente a adoção de ações em saúde interligadas com a visão socioambiental dos sujeitos, bem como o aprimoramento dos conceitos, referentes à saúde e ao meio ambiente, às equipes de ESF, particularmente aos ACS. Isso é fundamental, especialmente, ao considerar-se que esses trabalhadores têm potencialidade para fortalecer a ESF, colaborando na organização da atenção à saúde, ao atuar junto às equipes multiprofissionais, desenvolvendo ações de cuidado e proteção à saúde de indivíduos e grupos sociais em domicílios e coletividades⁽¹⁹⁾.

A reflexão acerca da interface entre saúde e meio ambiente poderá se constituir em alavanca para o alcance da integralidade na assistência aos sujeitos, como preconizado pelo SUS. Afinal, tem-se o imenso desafio de buscar o equilíbrio da delicada balança entre ambiente e saúde, além de uma dívida ecológica e social com as próximas gerações que obriga a procurar modos de vida mais saudáveis. Diante disso, a busca do equilíbrio e da sustentabilidade só será possível a partir de uma ampla mobilização das pessoas⁽¹⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante dos depoimentos, aqui expostos, pôde-se concluir que os sujeitos possuem um conceito amplo sobre meio ambiente, uma vez que consideram o meio ambiente o local onde estão inseridos os grupos sociais, abarcando as dimensões: natural e social. Quanto à problemática ambiental, as ACS têm a percepção de que é uma questão urgente na atualidade, esboçando uma preocupação com relação à escassez dos recursos naturais e o porvir das gerações futuras.

Percebeu-se, também, que a questão da responsabilidade ambiental é vista como um compromisso de trabalho por estar ligada à promoção da saúde na comunidade, uma vez que, durante o trabalho, as agentes estão, constantemente, orientando a população sobre como prevenirem as doenças. Nesse sentido, tornam-se pertinentes reflexões que possam auxiliar a construir novos significados para a formação e o trabalho das ACS.

Acredita-se que a inserção da discussão sobre a problemática ambiental na prática assistencial em saúde possibilita novos olhares, visando ampliar o entendimento do processo de

ser saudável como resultante, também, da interação do ser humano com o meio ambiente. Dessa forma, a educação ambiental pode promover a informação, desencadear o bem-estar, a proteção à saúde, a conservação ambiental, constituindo-se como propulsora de ações em saúde por parte dos ACS.

Espera-se que este estudo possa contribuir para novas investigações que abordem aspectos relativos à interface entre saúde e meio ambiente, que orientem um exercício profissional de forma mais consciente e responsável diante da problemática ambiental.

THE ENVIRONMENTAL PROBLEM IN THE VIEW OF COMMUNITY HEALTH AGENTS

ABSTRACT

This study aimed to know what community health agents think about the environment problematic. This was a qualitative approach research, of the exploratory-descriptive kind, which was carried out with community health agents that take part of teams of the family health strategy, of a city in the interior of Rio Grande do Sul. The data were collected in October, 2010, through a semistructured interview and they were analyzed based on the reference suggested for content analysis. The subjects noticed a convergence between the natural and the social dimension when they think about the environment. Demonstrated belief in the intimate relation between health and environment and also that having responsible about the environment issue, especially through the promotion of health. It was concluded that a need by addressing for environmental education in order to strengthen the community health agents' competencies for the promotion of health, based on presuppositions that value the interface between health and environment, helping the individuals and the community to face the socio-environmental situations and in the prevention of the problems that come from the human exposure to environment problems.

Keywords: Environment. Public Health. Environmental Education. Health Promotion.

LOS PROBLEMAS AMBIENTALES EN LA VISIÓN DE AGENTES COMUNITARIOS DE SALUD

RESUMEN

El estudio tuvo por objetivo conocer lo que piensan los agentes comunitarios de salud sobre la problemática ambiental. Estudio de abordaje cualitativo, de tipo descriptivo exploratorio, realizado con agentes comunitarios de salud integrantes de equipos de estrategia de salud de la familia, de un municipio del interior de Rio Grande do Sul. Los datos fueron colectados en octubre de 2010, por medio de entrevista semiestructurada y analizados con base en el referencial propuesto para análisis de contenido. Los sujetos notaron una convergencia entre las dimensiones natural y social, al pensar sobre el medio ambiente. Demostraron creer en la estrecha relación entre la salud y el medio ambiente, así como tener responsabilidad frente a la cuestión ambiental, especialmente por medio de la promoción de la salud. Se llegó a la conclusión de que existe una necesidad de abordar la educación ambiental con el fin de fortalecer las competencias de agente comunitario de salud para la promoción de la salud, con base en presupuestos que valoricen la interfaz entre la salud y el medio ambiente, potencializando los individuos y comunidad en el enfrentamiento de los determinantes socioambientales y en la prevención de los agravios decorrentes de la exposición humana a problemas ambientales.

Palabras clave: Ambiente. Salud Pública. Educación Ambiental. Promoción de la Salud.

REFERÊNCIAS

1. Freitas CM. Um equilíbrio delicado: crise ambiental e a saúde do planeta. Rio de Janeiro: Garamond; 2011.
2. Brasil (BR). 1ª Conferência Nacional de Saúde Ambiental. Brasília(DF); 2010. Relatório Final... [acesso em: 12 dez 2010]. Disponível em:

http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/Relatorios/CNSA_R_elatorio_Final.pdf

3. Vargas LA, Oliveira TFV. Saúde, meio ambiente e risco ambiental: um desafio para a prática profissional do enfermeiro. Rev Enferm UERJ. 2007; 15(2):451-55.
4. Organização Panamericana de Saúde. Mudanças climáticas e ambientais e seus efeitos na saúde: cenários e

- incertezas para o Brasil. Série saúde ambiental 1. Brasília (DF); 2008.
5. Oliveira RG, Marcon SS. Trabalhar com famílias no Programa de Saúde da Família: a prática do enfermeiro em Maringá-Paraná. *Rev Esc Enferm USP*. 2007; 41(1):65-72.
6. Cezar-Vaz MR, Baisch AL, Soares JFS, Weis AH, Costa VZ, Soares MCF. Concepções de enfermagem, saúde e meio ambiente: abordagem ecossistêmica da produção coletiva de saúde na atenção básica. *Rev Latino-Am Enfermagem*. 2007; 15(3):418-25.
7. Bardin L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70; 2009.
8. Carvalho IM. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. São Paulo: Cortez; 2004.
9. Coutinho AS, Rezende IMN, Araújo MLF. Aproximações entre ecologia e educação ambiental: um estudo com estudantes de terceiro ano do ensino médio em Recife - PE. *Rev. eletrônica Mestr Educ Ambient*. 2012 jul-dez; 29:1-13. [acesso em: 22 abr 2013]. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/2867/1895>.
10. Ministério da Saúde (BR). Conselho Nacional de Saúde. Subsídios para construção da Política Nacional de Saúde Ambiental. [online] – Brasília, DF; 2007 [acesso em: 25 out 2010]. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/subsi_miolo.pdf.
11. Ferreira VSC, Andrade CS, Franco TB, Merhy EE. Processo de trabalho do agente comunitário de saúde e a reestruturação produtiva. *Cad Saúde Pública*. 2009; 25(4):898-906.
12. Santos JR. Ética e natureza: o papel da educação na construção de um novo olhar. *Rev eletrônica Mestr Educ Ambient*. 2010 jul-dez [acesso em: 19 abr 2013]; 25:218-32. Disponível em: <http://www.seer.furg.br/remea/article/view/3510/2087>.
13. Vasconcellos HS, Spazziani M, Guerra AF, Figueiredo JB. Espaços educativos impulsionadores da educação ambiental. *Cad CEDES*. 2009; 29(77):29-47.
14. Buss PM. Promoção da saúde e qualidade de vida. *Ciênc saúde coletiva*. 2000; 5(2):163-77.
15. Alves KV. O que sabe o agente comunitário de saúde? [dissertação] Rio de Janeiro (RJ): Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2009.
16. Santos LP, Fraccolli LA. O agente comunitário de saúde: possibilidades e limites para a promoção da saúde. *Rev Esc Enferm USP*. 2010;44(1):76-83.
17. Carotta F, Kawamura D, Salazar, J. Educação permanente em saúde: uma estratégia de gestão para pensar, refletir e construir práticas educativas e processos de trabalhos. *Saúde soc*. [online] 2009; 18(1):48-51 [acesso em: 9 jun 2013]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v18s1/08.pdf>.
18. Jacobi PR, Tristão M, Franco MI. A função social da educação ambiental nas práticas colaborativas: participação e engajamento. *Cad CEDES*. 2009; 29(77): 63-79.
19. Sossai LC, Pinto IC, Mello DF. O agente comunitário de saúde (ACS) e a comunidade: percepções acerca do trabalho do ACS. *Ciênc cuid Saúde*. 2010; 9(2):228-37.

Endereço para correspondência: Silviamar Camponogara. Rua Visconde de Pelotas, 1230/201. CEP: 97015-140. Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Data de recebimento: 12/09/2012

Data de aprovação: 19/06/2013